

A Experiência da formação e da Atuação do Curso Técnico em Turismo e Entretenimento do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca no Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Marcia Algemiro Freire¹

Iomara Albuquerque Giffoni²

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o alinhamento da grade curricular do curso Técnico em Turismo e Entretenimento do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro/RJ, Brasil, com as necessidades do mercado, devido à segmentação da formação a nível técnico instituída pelo Ministério da Educação. Utilizou-se a fenomenologia como método, a abordagem foi quantitativa e como instrumento se utilizou a aplicação de questionário nos egressos do referido curso. Como resultado se constatou a adequação aos devidos segmentos de mercado, dos conteúdos programáticos das disciplinas técnicas específicas. Grande parte dos egressos permaneceram nos segmentos de mercado em que se inserindo, validando o novo Catalogo Nacional de Cursos Técnicos.

Palavras-chave: Turismo, Educação, CEFET/RJ, Técnico, currículo.

Introdução

Para a OMT (1995) o sistema de educação em turismo deve garantir a sua competitividade por meio do cruzamento das necessidades do mercado e a oferta de cursos; do treinamento sob demanda; da definição de parâmetros de qualidade; e por fim, do desenho do currículo e dos conteúdos programáticos. O currículo é um programa completo de experiências educacionais, segundo Tribe (2008).

Este mesmo autor define o turismo como “a soma dos fenômenos e relações originados a partir da interação de regiões geradoras e hospedeiras, de turistas, fornecedores empresariais, economias, governos, comunidades e ambientes” (TRIBE, 2008, p. 82). Propõe um modelo de geração do conhecimento em Turismo, dividido em dois campos – o dos negócios turísticos

¹ Graduada em Turismo pela UVA (1995). Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Universitário Augusto Motta (2008) e em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1998). Mestranda em Gestão e Planejamento da Hospitalidade pela Universidade Anhembi-Morumbi – SP (2014). Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ Contato: marciaalgemiro.cefet@gmail.com

² Graduada em Turismo pela PUC-MG (2004). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (2006). Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI – SC (2010). Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ Contato: turismara@yahoo.com.br

(aspectos comerciais) e o dos não-negócios turísticos (aspectos não empresariais), envolvendo um conjunto de áreas de estudo (TRIBE, 2008, p. 78-92).

Compreende-se que para o desenvolvimento eficaz do setor de turismo faz-se necessária a formação de profissionais com habilidades e competências peculiares. Percebeu-se que a maioria das publicações referentes à educação em turismo trata do ensino superior (NASCIMENTO, 2001; SOGAYAR, 2010; CATAMBRY, 2013), em detrimento de sua inserção no ensino básico, fundamental e médio, o que vem sendo desconsiderado segundo Fonseca (2007). Identifica-se assim um novo nicho para as pesquisas no âmbito dos estudos do turismo, tendo vista a escassez de trabalhos focados no ensino Técnico em Turismo.

Diante disso, nota-se a relevância de estudar a formação técnica de nível médio em Turismo em uma cidade turística que recebe um dos maiores fluxos de turistas nacionais e internacionais do Brasil – a cidade do Rio de Janeiro. Como não seria possível tratar de toda a oferta de cursos nesta cidade, optou-se por selecionar um curso de instituição pública, o do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – o curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ. Este curso foi implantado em 2002 e possui duração de 3 anos e carga horária total de 1.152 horas, além de 400 horas de estágio supervisionado. O ingresso no curso ocorre mediante concurso público, convênios com instituições públicas de ensino do Estado e transferências no âmbito federal.

Considera-se que a formação profissional na área de Turismo não se restringe a formar apenas mão de obra operacional para o setor, uma vez que os conteúdos devem se direcionar também para o caráter humanístico despertando nos educandos uma visão crítica do meio onde vivem, segundo Ribas (2002). Para a autora, educar para o turismo é uma necessidade ao desenvolvimento da atividade, o que é complementado pelo pensamento de Fonseca (2007, p. 30) ao afirmar que:

O âmbito destacado, ensino técnico e profissionalizante, é direcionado para o mercado de trabalho, cujos egressos desses cursos ocuparão cargos operacionais do mercado turístico, por isso, como exigências profissionais destacam a mobilidade; disponibilidade; adaptabilidade; capacitação de comunicação; integração em equipe e animação.

Definido o objeto de estudo, estabeleceu-se como objetivo analisar a pertinência da formação generalista do curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET-RJ, o qual visa atender ao contexto socioeconômico e profissional da cidade do Rio de Janeiro por meio da avaliação do alinhamento da grade curricular com o mercado de trabalho.

Para desenvolver esse estudo se adotou o método fenomenológico, abordagem qualitativa e quantitativa. Os instrumentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários. Iniciou-se em 2012 a pesquisa com os formandos do segundo semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2011.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a relação da formação e da atuação dos egressos do curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ, o embasamento teórico objetiva a construção do conhecimento científico do Turismo. Analisou-se a oferta das disciplinas no referido curso com a oferta de atuação profissional na cidade do Rio de Janeiro.

Ensino profissionalizante e formação profissional em Turismo e Entretenimento

Fonseca (1961) relata que a formação do trabalhador brasileiro remonta aos tempos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e que evoluiu acompanhando outros momentos da nossa história, como no advento do ouro em Minas Gerais, quando foram criadas as Casas de Fundição e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual se destinava aos filhos de homens brancos empregados da própria Casa. Havia a prática da banca examinadora para avaliar as habilidades adquiridas pelos aprendizes e se aprovados recebiam um certificado.

No período de 1800 a aprendizagem dos ofícios manufatureiros se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (MEC, s.d.).

Esse quadro muda em 1906, quando o então governador do Estado do Rio de Janeiro Nilo Peçanha cria através do Decreto nº 787 quatro escolas profissionais naquela unidade federativa, consolidando o ensino técnico industrial no Brasil. Em 1909, na condição de Presidente do Brasil, o

mesmo Nilo Peçanha assina, em 23 de setembro o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Dentre as quais se encontra aquela que viria a se transformar no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ.

Leitão e Wyse (2011) definem a palavra “profissão” que vem do latim “*professio*” e, que tem a mesma origem do verbo “*professar*”, que seja declarar publicamente algo, o que requer compromisso público, um compromisso diante da sociedade em defesa de uma prática ou de uma forma de conduta. As autoras afirmam que para estes profissionais exercerem suas atividades de forma adequada, precisam reunir um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que podem ser adquiridas através da formação formal ou através das experiências pessoais.

Conforme o Manual do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC da rede federal de ensino, o artigo 4º do Decreto nº 5.154/2004 regulamenta a educação profissional técnica de nível médio articulada com o ensino médio. O SISTEC/MEC indica ainda no referido decreto os cursos na forma “Integrada” adequada aos egressos do ensino fundamental, sendo estes condutores dos alunos para habilitação técnica de nível médio com única matrícula na mesma instituição; na forma “Concomitante” que contempla aqueles que cursam o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio com matrículas diferentes para cada um dos cursos. Esta forma pode ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas aproveitando-se as oportunidades educacionais, e, ainda, mediante convênios visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados. Além da forma “Subsequente” para quem já tenha concluído o ensino médio. (MEC, 2008).

A educação profissional no Brasil tem várias experiências ao longo da sua história, registra-se aqui a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, lei que disciplina a educação escolar, a qual deverá vincular-se ao mundo do trabalho e prática social. No que tange a educação é dever da família e do Estado o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para qualificação do trabalho e cidadania. (BRASIL, 1966).

Esta Lei informa sobre a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, da valorização da experiência extraescolar, dos vínculos entre a educação escolar, o trabalho e as

práticas sociais. Indica que os níveis escolares compõem-se da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior.

Sobre o ensino médio a LDB (BRASIL, 1966), considera-o a etapa final da educação básica que tem como finalidade o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Ainda, objetiva o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Ao término deste ciclo, o educando deverá ter desenvolvido aptidões que atenda a sua formação geral e prepare-o para o exercício de profissões técnicas, além de habilitá-los para prosseguir os estudos. Para a Lei em questão a educação profissional se articula com o ensino regular em instituições especializadas.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT é um documento expedido pelo Conselho Nacional de Educação por intermédio da Resolução nº 03/2008, é um instrumento cuja proposta visa organizar e orientar a oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino Federal, Estadual/Distrital e Municipal, determina a nomenclatura, auxilia a escolha vocacional por parte dos discentes, contempla novas ofertas educativas, destaca informações das principais atividades desempenhadas pelo profissional em sua formação técnica, as possibilidades de infraestrutura do ambiente escolar e carga horária mínima. E, ainda, anualmente, em agosto e setembro recebe sugestões para inclusão, exclusão e alteração.

A justificativa para a nova versão do CNCT foi à verificação da existência de grande diversidade de denominações de cursos técnicos ofertados nas instituições públicas e privadas do país (MEC, 2008). Tal diversidade dificultava não só a oferta, mas também a formulação de políticas de planejamento, bem como a avaliação dessa modalidade de educação. Como solução a oferta foi agrupada em torno de 12 eixos tecnológicos que guardam as peculiaridades técnicas de cada formação. O turismo foi inserido no eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer que

compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e ao lazer (MEC, 2008).

Neste eixo inserem-se os seguintes cursos: a) técnico em agenciamento de viagem; b) técnico em cozinha; c) técnico em eventos; d) técnico em guia de turismo; e) técnico em hospedagem; f) técnico em lazer; g) técnico em serviços de restaurante e bar (MEC, 2008, p. 79). Observar-se assim que a formação a nível técnico na área do turismo foi segmentada e assim sendo, o curso Técnico em Turismo e Entretenimento, ofertado pelo CEFET/RJ, não se enquadrou nesse novo contexto, não existindo semelhança entre o curso em andamento e as denominações do referido Catálogo. Diante disso, o curso foi cadastrado na condição de curso experimental, pleiteando a sua inserção no catálogo por meio de requerimento protocolado no MEC em 2009.

Contudo, os cursos que não forem inseridos no CNCT, após o início de sua oferta como curso experimental, não devem continuar ofertando novas vagas. Como tal fato não ocorreu, o curso de Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ está em processo de extinção e deu origem a outro curso, o de Técnico em Guia de Turismo implantado em 2013.

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, situada na cidade do Rio de Janeiro, segundo portal eletrônico da instituição em estudo foi criada em 1917, sob a alcunha de Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, com a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Passou à jurisdição do Governo Federal em 1919, sendo transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus em 1937 com a denominação de Escola Técnica Nacional.

Em 1942 foi promulgado o Decreto-Lei nº 4.127, estabelecendo as bases organizacionais da atual rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Nesse momento a Escola passou a ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestría) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos). Em 1959, o Decreto nº 47.038 deu maior autonomia administrativa para a mesma, a qual passou gradativamente a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar exclusivamente na formação de técnicos. Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em nível superior de curta duração.

Em sua trajetória foi chamada Escola Técnica Nacional (1937), como já mencionado, Escola Técnica Federal da Guanabara (1965), Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967), como homenagem póstuma ao seu primeiro Diretor, para enfim em 1978, transformar-se em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, como autarquia

vinculada ao Ministério da Educação – MEC, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

O CEFET/RJ possui oito unidades de ensino sendo uma unidade sede no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, e mais sete unidades de ensino descentralizadas, no bairro de Maria da Graça (circunvizinhança da sede) e nos municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e em Valença. Nestas unidades ofertam-se cursos técnicos, médios, de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Especificamente em relação aos cursos de educação profissional técnica de nível médio, encontram-se em funcionamento em 2014 os seguintes: Estradas, Edificações, Meteorologia, Informática, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecânica, Administração, Turismo e Entretenimento, Telecomunicações, Segurança do Trabalho e Guia de Turismo Regional.

Metodologia

Para desenvolver o presente estudo foi utilizado o método fenomenológico por pretender realizar uma descrição direta da realidade, ao lado da abordagem quantitativa.

Abordagens fenomenológicas de compreensão estão se tornando importantes nos estudos do turismo enquanto a forte abordagem empirista cartesiana lógico-positivista da compreensão tende a ser mecanicista e dualista focada na compreensão e predições reducionistas na terceira pessoa e valores sobre as coisas, a investigação fenomenológica tende a ser contextual, investigação no mundo (focada na descrição holística e densa das experiências na primeira pessoa). Quanto à abordagem, utilizou-se a quantitativa onde os dados estatísticos, quando analisados por seus elementos subjetivos, influenciam e apontam para uma maior compreensão dos aspectos pesquisados. (HOLLINSHEAD, 2000, P.436)

A primeira etapa desse trabalho foi uma pesquisa bibliográfica a partir da utilização das palavras-chave “turismo”, “técnico” e “educação”. Foram levantados 14 textos que tratavam de ensino de turismo em instituições do Brasil. Desses, apenas dois falavam de Ensino Fundamental, e somente um tinha como foco o Ensino Médio ou a Concomitância do mesmo com o Ensino Técnico em Turismo. Tal fato reforçou a importância desse trabalho.

O universo da presente pesquisa foi composto dos egressos das turmas do Curso Técnico em Turismo e Entretenimento, como mencionado anteriormente que se formaram entre o

segundo semestre de 2009 até a turma do primeiro semestre de 2011, perfazendo um total de 102 ex-alunos. Foi feito contato com os componentes da amostra para que o respondessem primeiramente por e-mail, depois via *facebook* e por último via telefone. Deste total, 39 questionários foram respondidos, ou seja, 38% do universo pesquisado e essa passou a ser a amostra.

A segunda etapa foi a elaboração teste e aplicação de um questionário disponível para resposta e preenchido pelos próprios respondentes de maio a outubro de 2012, hospedado *online*, no endereço:

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewformkey=dfrts1r6rxp1a29xbw5zd1npr3lhqke6mq>

Os critérios adotados na definição do universo foram: 1) o perfil sócioeconômico, diferenciado entre as turmas que fazem o ensino técnico integrado ao médio, daquelas que fazem o ensino técnico concomitante ao médio – a amostra possui duas turmas respectivamente; 2) intervalo de tempo de pelo menos um ano entre a data da pesquisa e a data de formatura, a fim de propiciar que o egresso tenha experienciado o mercado de trabalho; 3) foram excluídas as turmas que conviveram com as fases de estruturação do curso em que o quadro de professores não estava completo. Dessa forma justifica-se o universo dessa pesquisa ter sido composta por um total de 102 ex-alunos.

O questionário possuía cinco grandes blocos de perguntas, sendo o primeiro bloco composto de cinco perguntas com o objetivo de caracterizar a amostra. O segundo bloco foi destinado àqueles que fizeram estágio, buscava conhecer como o egresso chegou ao mercado de trabalho, em quais segmentos do turismo estagiou e se houve migração de segmento nessa etapa. O terceiro bloco investigava aqueles que evadiram da área. O quarto bloco, é o que nos interessa nesse momento, avaliava o alinhamento da grade curricular com o mercado de trabalho. O último bloco dizia respeito da experiência profissional do egresso. Havia, ainda, um espaço para comentários adicionais à pesquisa.

Resultados

Características do curso e da amostra

O Curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ tem a sua grade curricular composta por 33 disciplinas distribuídas em seis semestres (períodos) como apresentado no Quadro 1. No primeiro momento (1º e 2º períodos) as três disciplinas ligadas à área de História, bem como Cultura Brasileira e Geografia seguem junto com Introdução ao Turismo, o fio condutor desse processo. Paralelamente tem-se a formação linguística acontecendo com as disciplinas de Inglês, Espanhol, Língua Portuguesa e Comunicação e Expressão.

A partir do 3º período as disciplinas técnicas vão sendo introduzidas progressivamente, sendo que do 4º período em diante já há a predominância de carga horária com disciplinas eminentemente técnicas. O 6º período é o momento de fechamento e consolidação dos saberes adquiridos no decorrer do curso, quando as disciplinas que vão requerer o entendimento dos componentes do Sistema Turístico.

Disciplinas	Período	Carga Horária
Introdução ao Turismo	1º.	35
História Aplicada ao Turismo	1º.	35
Inglês I	1º.	35
Informática	1º.	35
História da Arte I	2º.	35
Língua Portuguesa	2º.	35
Cultura Brasileira	2º.	35
Inglês II	2º.	35
História da Arte II	3º.	35
Comunicação e Expressão	3º.	35
Relações Interpessoais e Cidadania	3º.	70
Inglês III	3º.	35
Geografia Aplicada ao Turismo	3º.	35
Lazer e recreação	3º.	35
Organização de Eventos I	4º.	35
Hospedagem I	4º.	35
Transportes	4º.	35
Inglês IV	4º.	35

Primeiros Socorros	4º.	35
Patrimônio Turístico Brasileiro	4º.	35
Organização de Eventos II	5º.	35
Hospedagem II	5º.	35
Agenciamento de Viagens I	5º.	35
Espanhol I	5º.	35
Noções de Contabilidade	5º.	35
Princípios de Ecologia	5º.	35
Planejamento Turístico	6º.	35
Agenciamento de Viagens II	6º.	35
Espanhol II	6º.	35
Técnicas de Condução de Grupos	6º.	17
Turismo em Museus e Centros Culturais	6º.	17
Ética e Postura Profissional	6º.	17
Marketing Aplicado ao Turismo	6º.	35

Quadro 1: Grade curricular do curso de Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ
Fonte: elaboração própria, 2014.

Cabe salientar que apesar do turismo ser ensinado compartimentado, todas as suas partes tem interfaces entre si, como elos de uma corrente. Assim por exemplo, a disciplina de Agenciamento II contempla as disciplinas de Transportes, Hospedagem I e II, Agenciamento I, dentre outras. Daí o fato da viagem técnica realizada na disciplina de Agenciamento II ser o grande espaço para consolidar as competências desse profissional e por isto merecer o status de laboratório.

A partir do exposto acima, considera-se que a grade curricular do Curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ foi elaborada para propiciar a inserção do seu egresso nos diversos segmentos do mercado turístico por meio de uma formação generalista. Fato é que o referido curso formará a sua última turma em julho de 2014, pois foi descontinuado em 2012, devido à publicação de um novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em julho de 2008 pelo MEC, onde foi extinto o curso nos moldes em que ele existia.

A amostra apresentou-se eminentemente jovem, todos estavam na faixa etária entre os 18 e 22 anos, o que demonstra a adequação da escola ao seu objetivo social de preparar

o jovem para o mercado de trabalho. Sendo composta por 74% de mulheres e 26% de homens, associa-se esse resultado ao fato do CEFET/RJ possuir apenas dois cursos na área de ciências humanas: turismo e administração, esses concentram os alunos que não se identificam com as ciências exatas. Coerentemente com os dados de faixa etária e de gênero, 74% da amostra reside com os pais e 20% com familiares. A renda familiar demonstra que o paradigma de que a formação técnica é voltada para as camadas sociais de menor renda foi superado, uma vez que 8% possuíam renda familiar de um salário mínimo; 18% de dois a três; 36% de quatro a seis; 15% de sete a nove e outros 15% possuíam mais de dez salários mínimos.

Estágio, diploma e trabalho

Do total de respondentes, mais da metade 65,5%, passou pela experiência profissional do estágio, obtido principalmente por meio de indicações de amigos e familiares 37%. Esse dado pode indicar que o mercado turístico ainda busca seus profissionais de maneira informal e na maioria das vezes, sem a devida qualificação. O segundo maior meio de contato com o estágio foi por intermédio da Coordenação de Estágio e Emprego – COEMP 23%, departamento da instituição responsável pela inserção do aluno no mercado. Outros meios somaram 40%. A área de Agenciamento reuniu a maior parte dos egressos quando se trata de estágio, com 40%, seguida pela Hotelaria com 30% e Eventos com 28%; na área de Museu e Centros Culturais ocorreu pequena representatividade com 3%.

Foram poucos os alunos que cumpriram os procedimentos para a obtenção do diploma 18%, mesmo considerando o alto percentual no item “outros” 89%, ao fato de que doze elementos da amostra ainda estavam dentro do prazo de 2 anos estipulado pelo CEFET/RJ para cumprimento do processo de execução ou entrega do relatório de estágio.

As razões citadas pelos egressos em não requerer o diploma foram pouco esclarecedora (Quadro 2), pois 89% citou outros motivos, além dos que indicaram expiração do prazo por esquecimento 21% e experiência profissional comprovada em carteira ser mais importante 5%. Percebeu-se aqui a falha do questionário, que deveria ter aberto a questões para a citação de outros motivos.

Motivo de não require o diploma	o	%
---------------------------------	---	---

Você já está inserido no mercado, e este não cobra diploma		0 %
Você não julga importante		0 %
A experiência profissional comprovada em carteira é mais importante		5 %
Você esqueceu e o prazo expirou		21 %
Outros	7	89 %

Quadro 2: Motivos dos egressos do curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ em não requerer o diploma
Fonte: elaboração própria, 2014.

Apesar de não ser possível estabelecer uma correlação direta com esses dados, apenas 12,5% continuaram trabalhando na área após o estágio. Aqueles que não fizeram estágio alegaram a inserção no ensino superior 57%, além da falta de interesse 21% e da não inserção dos mesmos no mercado 14%; os demais não especificaram suas razões.

Um dado relevante é o baixo índice de diplomas emitidos, uma vez que apenas 18% dos inquiridos entregou o relatório de conclusão de curso e requereu o diploma. Mesmo inferindo os 89% obtidos na opção “outros” motivos para não requererem o diploma, ao fato de que doze educandos da amostra ainda estarem dentro do prazo de 2 anos estipulados pelo CEFET/RJ para cumprimento do estágio e entrega do referido relatório, a questão ficou pouco esclarecida e abriu outros questionamentos como, por exemplo, se o mercado de trabalho não exige qualificação específica do profissional. Apesar de não ser possível estabelecer uma correlação direta com esse dado, 12,5% continuaram trabalhando na área após o estágio.

57% dos participantes indicam que a inserção no ensino superior foi a principal razão para não cumprir o estágio, seguida de 21% referente a falta de interesse e de 14% da não inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Utilização de conteúdos disciplinares

A percepção dos egressos quanto ao aproveitamento de conteúdos das disciplinas do curso, foi extraída de uma única pergunta do questionário – Quanto dos conteúdos você utilizou na sua área de atuação? –, seguida de todas as disciplinas da grade curricular com uma escala que ia de 1 a 5, onde 1 era não utilizou e 5 utilizou muito (Quadro 3).

Na análise desses dados deve-se ter claro que essa pergunta foi respondida por todos os egressos, os que fizeram estágio e os que não fizeram o que pode justificar o alto índice de disciplinas técnicas “não utilizadas”, uma vez que os últimos não tiveram contato com o mercado turístico (Quadro 2). É o caso da avaliação das Visitas e Viagens Técnicas do curso, onde 38% as considerou como “não utilizada” contra 18% que a considerou como “muito utilizada”. Analisando as respostas de forma individual foi possível observar que a utilização de disciplina específica condiz a segmento específico de mercado, como Agenciamento de Viagens, Hospedagem e assim por diante. No entanto, as disciplinas mais gerais, que podem ser aplicadas não só no ramo turístico, mas também em outros segmentos da economia, obtiveram boa avaliação. São elas, Ética e Postura Profissional, Relações Interpessoais e Cidadania, Informática e Línguas Estrangeiras.

Agenciamento de Viagens I e II	42,4%
Hospedagem	48,4%
Lazer e Recreação	27,2%
Transportes	54,5%
Organização de Eventos	60,6%
Turismo de Museus e Centros Culturais	36,3%
Informática	84,8%
Primeiros Socorros	3,3%
Contabilidade	24,2%
Marketing Turístico	57,5%
Línguas Estrangeiras	72,7%
Língua Portuguesa	81,8%
Cultura Brasileira	39,3%
História da Arte	12,1%
História Aplicada ao Turismo	21,2%
Introdução ao Turismo	18,1%

Relações Interpessoais e Cidadania	59,6%
Ética e Postura Profissional	87,8%
Comunicação e Expressão	75,7%
Princípios de Ecologia e Meio Ambiente	9,09%
Planejamento Turístico	27,2%
Técnica de Condução de Grupos	36,3%
Geografia Aplicada ao Turismo	39,3%
Patrimônio Turístico Brasileiro	21,2%

Quadro 3: Utilização de conteúdos disciplinares na área de atuação profissional dos egressos do curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ em não requerer o diploma

Fonte: elaboração própria, 2014.

Nesse momento, sentiu-se a necessidade de estratificar esses dados, ou seja, o quanto cada disciplina tinha contribuído para inserir e manter os egressos no mercado de trabalho. Para tanto, buscou-se a avaliação positiva da grade curricular por parte daqueles que fizeram estágio, ou seja, o somatório das notas 3, 4 e 5.

Nessa nova configuração observa-se uma avaliação onde, minimamente como no caso das disciplinas de Primeiro Socorros e Princípios de Ecologia e Meio Ambiente, é percebido a multi e interdisciplinaridade do turismo, tendo as disciplinas técnicas um peso maior, como as de Organização de Eventos, Agenciamento de Viagens, Hospedagem, Transportes e Marketing Turístico. Ao mesmo tempo, a experiência profissional traz o amadurecimento da importância das disciplinas comportamentais como Ética e Postura Profissional e Relações Interpessoais e Cidadania; bem como daquelas que estruturam a base do conhecimento como Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa e outras complementares como Línguas Estrangeiras e Informática.

Ao investigar os rumos tomados pelos egressos do Curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ, verificou-se que todos os participantes da pesquisa, ou seja, 100% seguiram para a graduação, dos quais 53% para a área de humanas, somados 13% que fizeram graduação em turismo. Percebe-se também o contato com as diversas disciplinas da grade curricular influenciam na escolha do curso seguido no nível superior.

Apenas 11% dos alunos ainda trabalham na área, o que faz sentido já que a maior parte evadiu para outras áreas. Dicotomicamente, os egressos declararam que as visitas contribuíram para a execução do trabalho 46%, não obstante 39% deles disseram que deveria haver uma carga

maior para este modo de aprendizado que os aproxima do mercado. Por fim, vê-se que 83% dos egressos avaliam que o currículo do curso está adequado ao mercado de trabalho, apesar de a maioria não ter se inserido nele.

Considerações finais

Entende-se a segmentação da formação de nível técnico realizada pelo MEC como uma tentativa de organizar o percurso formacional do profissional da área, diferenciando o técnico do tecnólogo e do bacharel, estes dois últimos com formação superior, de forma que os conhecimentos vão sendo apresentados em um crescente. Nesse caso, a formação generalista caberia somente ao graduado. Acredita-se que tal ação é válida, contudo graduado e técnico disputam lugar no mesmo mercado de trabalho, que na maioria das vezes entende que ao contratar o graduado está “levando” um profissional mais qualificado pelo mesmo salário do técnico.

Especificamente sobre o Curso Técnico em Turismo e Entretenimento do CEFET/RJ enfocado neste artigo, a pesquisa constatou que os principais segmentos de mercado que absorvem os seus egressos são o Agenciamento de Viagens, a Hotelaria, a área de Organização de Eventos e os Museus para o guiamento. Nesses casos o conteúdo programático das disciplinas específicas podem estar mais alinhados com os requisitos do mercado de trabalho. É na parte técnica que há maior conhecimento sobre as necessidades diretas e operacionais do mercado, tornando-o, assim, uma qualificação adequada para atuação no mesmo (SANTOS, 2005).

Quanto a validade do perfil generalista propiciar uma maior empregabilidade, a pesquisa mostrou que apenas três elementos tiveram experiência em mais de um segmento do mercado turístico, usufruindo dos conteúdos das diversas disciplinas. Os demais se mantiveram no segmento em que ingressaram inicialmente, o que de certa maneira avaliza a segmentação do MEC.

Por fim, relembra-se que em 2013 o CEFET/RJ começou a ofertar o curso de Técnico em Guia de Turismo Regional adequado às diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, levando em consideração a qualificação do corpo docente envolvido, bem como a experiência acumulada ao longo dos doze anos de existência do Curso Técnico em Turismo e Entretenimento.

Referências

AIREY, D. e TRIBE, J. (orgs). Educação internacional em turismo; tradução de Carlo Szlak. Senac São Paulo, 2008

ANSARAH, M. G. dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**: reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo)

BARRETTO, M.; TAMANINI, E.; SILVA, M. I. da. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas: Papirus, 2002.

BENI, M. C.. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. Brasília, MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. Brasília, MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CES nº 13 de 24 de novembro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Estudo da demanda turística internacional 2006-2012**. Brasília: Mtur, 2013. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/downloads_demanda/Demanda_Turxstica_Internacional_-_Fichas_Sinteses_-_2005-2011_V2.pdf> Acesso em 21/09/2013.

BRASIL. **Resolução nº 03, de 09/07/2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

CATRAMBY, T.; DA COSTA, S. R. R. Estudo de caso sobre a capacitação docente na área de turismo no estado do Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v.5, n. 2, p. 1-18, 2005.

CATRAMBY, T.; DA COSTA, S. R. R. Qualificação profissional em turismo como fator de competitividade no setor. **Caderno Virtual de Turismo**, v.4, n. 3, p. 26-34, 2004.

CEFET. *Histórico*. disponível em: <<http://portal.cefet-rj.br/a-instituicao/historico.html>>. Acesso em 27/01/2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer Nº. CES 968/98 de 17.12.98. Brasília, 1998*. p. 1. Retificação do Parecer CES 672/98, tratando de Cursos Seqüenciais no Ensino Superior, disponível em <<http://www.mec.gov.br/cne/pareceres>>, Acesso em 26/01/2014.

DEMAI, F. M. **Livro das competências profissionais: a síntese dos 90 cursos técnicos e das 115** qualificações oferecidas pelo Centro Paula Souza. São Paulo: Centro Paula Souza, 2009.

DENCKER, A.; BUENO, M. *Hospitalidade: cenários e hospitalidade*. São Paulo: Pioneira, 2003.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica. *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011*. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/domestica/downloads_domestica/Demanda_domestica_-_2012_-_Relatorio_Executivo_nov.pdf> Acesso em 21/09/2013.

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONSECA FILHO, A. S. **Educação e turismo**: Reflexões para elaboração de uma educação turística. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo* v.1, n.1, p.5-33, set. 2007.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. *Pesquisa de Oferta e Demanda*. Disponível em <<http://www.institutodehospitalidade.org.br>>. Acessado em 20/01/2004.

LIMA, J. R. de. **Ensino superior em turismo no Brasil**: estudo da produção acadêmica. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2011.

MARCELLINO, N. (Org.). *Introdução às ciências sociais*. 7ª. Edição. Campinas: Papyrus, 1998.

MEC – Ministério da Educação. *Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, s. d. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 20/05/2014.

MEC – Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 17/04/2014

MEC – Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 – Sinpro/RS*. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer392004.pdf>. Acesso em 17/04/2014

MEC – Ministério da Educação. *Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, 2012. Disponível em <http://sitesistec.mec.gov.br/destaques/44-destaque-topo/286-sistema-nacional-de-informaes-da-educacao-profissional-e-tecnologica> Manual SISTEC>. Acesso em 17/04/2014

MINISTERIO DO TURISMO. *Estudo da demanda turística internacional 2006 - 2012*. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Demanda_Turxstica_Internacional_-_Fichas_Sinteses_-_2006-2012_reparado_nota_FOZ.pdf>. Acesso em 28/01/2014.

NASCIMENTO, R. C. *Visão Estrutural da Evolução dos Cursos Superiores de Turismo: A realidade atual*. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2001

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Educando educadores en turismo*. ValênciaPACHECO, Eliezer. *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio*. Brasília: Setec/Mec, 2012. Disponível em <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A8337ECDC2B0137ED025BE393C>> Acesso em 5/05/2014.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph, 2003.

Ribas, Mariná Holzmann (2002). *Educação para o turismo*. Revista Olhar de Professor. 5 (1), p. 9-20. Disponível em < <http://redalyc.uaemex.mx/html/684/68450102/68450102.html>.> Acesso em 23/05/2014.

SANTOS, Adriana P. Q. R. e S. O. *Necessidades Formativas do Técnico em Turismo*. Cadernos Temáticos, n.7, p. 53-55, dez. 2005.

SIMEÃO, D. F. *Formação técnica em hotelaria: perfis e estratégias de formação no Centro federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado: Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2008

SOGAYAR, R. L. *Hospitalidade no ensino superior em Turismo: estudo de caso do Programa Tourism Education Future Initiative*. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2010.